PROJETO Mulheres na Ciência Política

ABCP
Associação Brasileira
de Ciência Política

PROJETO Mulheres na Ciência Política

Coordenação: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda, Flávia Biroli, Luciana Tatagiba, Vanessa Elias de Oliveira

Comissão executiva: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda

Revisão e finalização: Bianca Florencio

Programação visual: Bruno Maggioni, Contágio Criação

Uma realização da Associação Brasileira de Ciência Política, sob a gestão (2018-2020) de Flávia Biroli (presidente), Fernando Guarnieri (secretário executivo), Luciana Tatagiba (secretária executiva adjunta), Ednaldo Ribeiro, Fabiano Engelmann, Luciana Ballestrin, Maria Dolores Lima da Silva, Mariana Batista, Monique Menezes, Ricardo Fabrino Mendonça, Rogério Arantes, Vanessa Elias de Oliveira.

ABCP
Associação Brasileira de Ciência Política

ENTREVISTAS

1. **Argelina Figueiredo (UERJ)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
2. **Céli Pinto (UFRGS)**, por Luciana Ballestrin (UFPel)
3. **Celina Souza (UNIRIO)**, por Maria Abreu (UFRJ)
4. **Cristina Carvalho Pacheco (UEPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
5. **Denise Paiva (UFG)**, por Fabiana da Cunha Saddi (UFG)
6. **Eliane Superti (UNIFAP)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
7. **Evelina Dagnino (UNICAMP)**, por Flávia Cristina Regilio Rossi (Unicamp)
8. **Gabriela Tarouco (UFPE)**, por Monique Menezes (UFPI)
9. **Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
10. **Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN)**, por Olívia Cristina Perez (UFPI)
11. **Lourdes Sola (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
12. **Luciana Aliaga (UFPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
13. **Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
14. **Maria Luzia Álvares (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
15. **Maria Regina Soares de Lima (UERJ)**, por Letícia Pinheiro (UERJ) e Carlos Milani (UERJ)
16. **Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
17. **Maria Teresa Sadek (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
18. **Maria Victoria de Mesquita Benevides (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
19. **Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)**, por Helga do Nascimento de Almeida (UNIVASF)
20. **Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
21. **Marilde Loiola de Menezes (UnB)**, por Danusa Marques (UnB)
22. **Marlise Matos (UFMG)**, por Breno Cypriano (UFMG)
23. **Marta Arretche (USP)**, por Luciana Martins (UFES)
24. **Mônica Mata Machado de Castro (UFMG)**, por Claudia Feres (UFMG)
25. **Monique Menezes (UFPI)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
26. **Nírvia Ravena (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
27. **Rachel Meneguello (UNICAMP)**, por Luciana Tatagiba (Unicamp)
28. **Raquel Kritsch (UEL)**, por Carla Almeida (UEM)
29. **Sônia Draibe (UNICAMP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
30. **Vera Chaia (PUC-SP)**, por Natasha Bachini (UERJ)

O PROJETO

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) tem um compromisso histórico com a compreensão e o aprimoramento da Ciência Política no Brasil. É neste sentido que, no momento atual, se volta para as relações de gênero e analisa as diferentes formas como essas relações estruturam os contornos do nosso campo disciplinar e o exercício da profissão. Nosso objetivo com esse projeto é duplo. Por um lado, buscamos dar continuidade a esforços das diretorias que nos precederam no sentido de resgatar nossa memória institucional. Por outro lado, queremos evidenciar a contribuição das mulheres na construção dos alicerces de nossa disciplina, algo nem sempre devidamente considerado.

O Projeto Mulheres na Ciência Política se iniciou em 2018. Uma de suas frentes, desenvolvida ao longo de 2019, foi a realização de entrevistas com mulheres que atuam na área. São mulheres de diferentes gerações e regiões do país, cujas trajetórias denotam forte compromisso com a construção e consolidação da Ciência Política, por meio das atividades de pesquisa, de ensino e do desempenho de funções administrativas em diferentes âmbitos.

Ao todo, foram 30 entrevistas, que agora tornamos públicas. Contamos com o trabalho e apoio qualificado de 23 entrevistadoras, também da área de Ciência Política, com afinidades teóricas e, em muitos casos, parcerias e proximidade afetiva com as entrevistadas. A todas elas, entrevistadas e entrevistadoras, agradecemos por terem aceitado fazer parte desse projeto, por sua seriedade, compromisso e afabilidade em todo o processo. Nos encontros que resultaram nas entrevistas aqui reunidas, a produção do conhecimento e a afetividade estiveram entrelaçadas. Para nossa Diretoria, essa dimensão do projeto foi algo muito valioso, visto encarnar nossa aposta em uma forma de produção do conhecimento que seja ao mesmo tempo rigorosa e solidária, onde o cuidado de si e o cuidado do outro não sejam contrapostos à produção intelectual, mas seu ingrediente ineludível.

Vemos essas entrevistas como um momento inicial dos esforços da ABCP para reconhecer a relevância das cientistas mulheres e melhor entender quem são, suas trajetórias e se, e como, o fato de serem mulheres toca seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Esperamos que outros esforços se somem a esses e mais trajetórias possam ser conhecidas.

Para além da visibilidade, nosso objetivo é contribuir para a reflexão sobre relações de poder no próprio campo. As entrevistas, assim como o livro Mulheres, poder e Ciência Política, organizado pelas coordenadoras do projeto e que será publicado pela Editora da Unicamp no ano de 2020, oferecem diferentes tipos de dados e experiências narradas que permitem identificar vieses e problemas que merecem nossa atenção.

Iniciamos esta breve apresentação mencionando o compromisso da ABCP com a compreensão e aprimoramento da Ciência Política no Brasil. Gostaríamos de finalizar o texto ressaltando que nosso entendimento é que isso envolve a construção de relações mais igualitárias e democráticas, dentro e fora da academia e da disciplina. Há muitos desafios para a produção do conhecimento e, também, para a reinvenção das relações de gênero, de modo que violência, assédio e a reprodução de práticas formais e informais que significam desvantagens para as mulheres sejam superadas.

Flávia Biroli (presidente Abcp)

Fernando Guarnieri (secretário executivo)

Luciana Tatagiba (secretaria adjunta)

Diretoria ABCP 2018-2020

NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Projeto Mulheres na Ciência Política traz a público trajetórias profissionais femininas que marcaram a constituição e a expansão desse campo disciplinar no Brasil. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, ele promoveu a entrevista de 30 cientistas políticas brasileiras de diferentes gerações, regiões e instituições. Temos clareza de que se trata de um conjunto muito reduzido de profissionais de uma área cujos esforços de estabelecimento e expansão foram significativamente femininos. Com intenção apenas exploratória – que poderá ser ampliada e aprimorada no futuro – o projeto contemplou mulheres que iniciaram sua formação em fins dos anos 60 e 70 e empreenderam as primeiras ações de institucionalização da Ciência Política no país, mulheres que participaram ativamente do processo de consolidação da Ciência Política nas décadas seguintes e, por fim, mulheres que atuaram na expansão experimentada pela área no Brasil, notadamente nos anos 2000, com a criação de novos programas de graduação e pós-graduação pelo território nacional.

Nessa empreitada, contamos com uma equipe de 23 colegas entrevistadoras que tinham ou tiveram alguma relação prévia com as entrevistadas, seja de orientação, vida profissional em comum, e/ ou afinidade e admiração intelectual. A elas agradecemos a generosa disponibilidade e também o entusiasmo com que acolheram o projeto. A partir de um roteiro semiestruturado proposto pelas organizadoras deste projeto após debate amplo, as entrevistadoras atuaram com liberdade e acrescentaram suas próprias questões às entrevistadas, ao sabor do próprio curso das entrevistas e também de suas cumplicidades com as entrevistadas. O material farto que resultou desse empreendimento coletivo tem traços comuns que permitem estabelecer comparações entre as entrevistas, mas tem também marcas das interações muito particulares entre entrevistadas e entrevistadoras. Na organização do material, além de pequenos textos livres de auto-apresentação das entrevistadas, incluímos também trechos em que as entrevistadoras comentam sua experiência de entrevista e, assim, dividem com o leitor elementos para que possam compreender seu contexto de interação.

Evidentemente, as entrevistas não esgotaram a pluralidade das trajetórias das mulheres partícipes da construção e expansão da área no país e deixaram de fora centenas delas. Entretanto, a preocupação em contemplar diferentes gerações, regiões e filiações institucionais gerou um corpus discursivo multifacetado, rico e suscetível a diferentes perguntas de pesquisa e interpelações analíticas. A expectativa é de que esse material inspire outras iniciativas que ampliem nosso conhecimento sobre a Ciência Política, a presença das mulheres e outros marcadores de desigualdade que fizeram e fazem parte da construção desse campo disciplinar no país.

Carla Almeida

Cristina Buarque de Hollanda

Comissão Executiva do Projeto Mulheres na Ciência Política

Nota introdutória

CARLA AYRES

Reitero meus agradecimentos às coordenadoras do projeto "Mulheres na Ciência Política", da ABCP, pela oportunidade de contribuir com essa pesquisa e reafirmo a importância desta iniciativa para a Ciência Política brasileira e para os estudos de gênero em geral, pois sua dimensão de observar a participação e contribuição das mulheres a um campo específico de conhecimento gera reflexões expansivas a outras dimensões, não só da academia, como de nossa incursão nos diferentes espaços da sociedade como um todo.

A entrevista que realizei com a Professora Lígia Lüchmann foi a terceira da série de minhas contribuições ao projeto. Diferentemente das conversas com as Professoras Maria Teresa Kerbauy e Maria do Socorro Braga, me encontrei pessoalmente com a Lígia em meados de dezembro de 2018, uma vez que residimos na mesma cidade.

Após realizar três entrevistas em um curto espaço de tempo, é inevitável chegar ao final de minha contribuição sem tecer alguns paralelos entre todas elas – e penso que este saldo é um dos mais enriquecedores desta minha experiência. Fora interessante observar como cada uma das formas de abordagem criou ambientes distintos de relação com as entrevistadas, o que, no entanto, de modo algum pareceu atrapalhar a "entrega" de cada uma à conversa.

Além da possibilidade de criar interconexões entre as respostas das entrevistadas, achei bastante curioso que, apesar de todas concordem que exista desigualdade de gênero no meio em que vivem e atuam profissionalmente, e que é importante a academia lidar com tais temáticas, afirmam não terem sentido de modo tão forte estas desigualdades em suas trajetórias. Embora reconheçam a baixa presença de mulheres no campo da Ciência Política, não associam diretamente as "disputas no campo" às questões de gênero propriamente dito. Entretanto, todas pontuaram a necessidade de se observar de modo mais acentuado os critérios de distribuição de recursos do CNPq e Capes entre homens e mulheres.

No caso específico da Professora Lígia, destaco que seus relatos demonstraram sua fina dedicação ao campo das Ciências Sociais, uma trajetória bastante coesa e rica de contribuições acadêmicas, teóricas, intelectuais, de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, espero que os leitores possam perceber – como devaneei ao longo da entrevista – o quanto sua trajetória de pesquisa está intimamente vinculada aos percursos de desenvolvimento da democracia brasileira pós 1988, imbricando interesses de pesquisa e movimentos do substrato empírico ao longo das décadas.

Auto-apresentação

LÍGIA HELENA HAHN LÜCHMANN

Sou professora do departamento de Sociologia e Ciência Política e do programa de pós-graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com graduação em Serviço Social (UFSC), mestrado em Sociologia Política (UFSC), doutorado em Ciências Sociais (Unicamp) e pós-doutorado pela Universidade de *British Columbia* (UBC), Vancouver/Canadá. No âmbito da administração, fui coordenadora do curso de graduação em Ciências Sociais, coordenadora do PPGSP e chefe do departamento de Sociologia e Ciência Política.

No campo da docência, tenho ministrado cursos e disciplinas em diversos cursos de graduação da UFSC, além do curso de Ciências Sociais e do programa de pós-graduação em Sociologia Política. Também venho ofertando cursos e palestras no âmbito da extensão, versando sobre os temas da democracia, participação, gênero, interfaces socioestatais e associativismo, temas que têm sido objeto de minhas investigações no âmbito da pesquisa, resultando em um conjunto de publicações, como o livro "Associativismo e democracia. Um estudo em Florianópolis" (2016 – Projeto PQ/CNPq), e o livro, organizado juntamente com Britta Baumgarten, intitulado "Modalidades e trajetórias de participação política no Brasil e em Portugal" (2018), decorrente do projeto de cooperação entre Brasil e Portugal (Convênio Capes/FCT). Nesse universo temático, destaco também as publicações sobre os Conselhos Gestores de Políticas Públicas e os orçamentos participativos, problematizando questões relacionadas, entre outras, a inclusão, participação, deliberação e representação política no âmbito dessas instituições participativas. Atualmente, coordeno o Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS) e bolsista PQ/CNPq.

Além da pesquisa, docência e extensão, tenho orientado alunos de graduação, mestrado e doutorado, participado de inúmeras bancas e apresentado trabalhos em vários eventos e congressos, nacionais e internacionais. Ainda no tocante à participação em eventos, tenho atuado em comissões científicas, coordenado grupos de trabalho e seminários, a exemplo dos seminários (três nacionais e um internacional) promovidos pelo NPMS, e de eventos realizados em Portugal. Também participei de comissões de avaliação de programas de pós e de periódicos na área de Sociologia (*Qualis*/Capes), de alguns conselhos editoriais de revistas, além de ser parecerista para diversos periódicos e agências de fomento (Capes e CNPq) no campo das Ciências Sociais.

Entrevista

Carla Ayres: *Lígia, gostaria que você começasse falando da sua trajetória profissional: a sua formação, desde a graduação, o mestrado, o doutorado; as instituições pelas quais passou...*

Lígia Helena Hahn Lüchmann: Sou professora titular da UFSC [Universidade Federal de Santa Catarina], lotada no departamento de Sociologia e Ciência Política, e ser professora é minha profissão. A escolhi, basicamente, durante a minha atuação como estagiária no curso de graduação em Serviço Social que fiz também na Universidade Federal de Santa Catarina na década de 1980 – mais especificamente entre 1982 e 1985. Aquele foi um período muito importante para o início da minha trajetória acadêmica, uma vez que foi durante o curso de Serviço Social que tive o primeiro contato com autoras e autores da Sociologia e da Ciência Política, fora as referências no campo do Serviço Social. Além disso, o curso de Serviço Social tinha como requisito para a obtenção do título de graduação o trabalho de conclusão de curso, que era resultante de um estágio em campo. Sendo assim, com o apoio da assistente social do Hospital Universitário, abrimos um campo de estágio junto à comunidade da Serrinha – situada ao lado da nossa universidade – nos anos de 1980. Ela foi escolhida, pois identificamos, no setor de Serviço Social do Hospital Universitário, que muitas das crianças que possuíam reincidências de doenças eram provenientes dessa comunidade, que era muito pobre e carecia de todo e qualquer tipo de infraestrutura urbana, incluindo a ausência de escola e coleta de lixo. A partir desses dados e em diálogo com professores e alunos da área da saúde pública da UFSC, iniciamos o estágio tendo em vista discutir e atuar junto àqueles moradores. Fizemos isso no momento em que o tema da educação popular era muito forte em âmbito nacional, assim como muito bem retratado em vários estudos, a exemplo do livro da Ana Maria Doimo "A voz e a vez do popular". Este foi um período muito interessante que marcou minha trajetória profissional e acadêmica, porque tive a oportunidade de conhecer de perto como é viver em condições de pobreza ao lado de uma universidade pública em uma cidade considerada de classe média que possui um padrão de vida bastante diferenciado em relação a outras regiões do país. Esse trabalho me deixou muito sensibilizada e motivada para atuar na área do associativismo e dos movimentos sociais – com destaque para os movimentos sociais urbanos –, marcando minha atuação como pesquisadora sobre a temática da sociedade civil, do associativismo e da participação, temas que continuo desenvolvendo em momentos diferentes e com focos distintos e que me estimularam a entrar no mestrado em Sociologia Política.

CA: *Quanto tempo durou esse estágio?*

LHHL: Foi durante o ano de 1985 e depois que saímos, o deixamos como campo de estágio no posto de saúde da UFSC na comunidade. Ao me formar em Serviço Social, e antes de prosseguir na carreira acadêmica, trabalhei dois anos como assistente social na Apae [Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais]. Essa também foi outra porta de experiência de vida que, de fato, não conhecia, não havia me deparado com essa dimensão da exclusão social e das políticas relacionadas às pessoas com deficiência, ainda mais considerando níveis de deficiências mais severos, como os que encontramos na Apae. Apesar de ser uma experiência muito rica, queria muito voltar a estudar e continuar nesse tema da organização comunitária e da mobilização social, por isso entrei no mestrado em Sociologia Política no ano de 1988.

CA: *Aqui na UFSC?*

LHHL: Sim. Foi quando entrei em contato com o NPMS, Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, criado pela professora Ilse Scherer-Warren em 1983. Durante o mestrado, fui aluna da Ilse e do professor Paulo Krischke, que também integrava o NPMS e orientou a minha dissertação sobre a Ufeco – União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – no âmbito temático da organização de bairro e da luta por melhorias e reforma urbana. Neste trabalho, busquei reconstruir a história da Ufeco: uma articulação de associações de moradores que foi, naquele período, uma inovação em Florianópolis no contexto de um movimento maior, de âmbito nacional, e que ocorreu, em especial, nas capitais do Brasil muito por conta de toda a articulação do PT [Partido dos Trabalhadores], da atuação das CEBs [Comunidades Eclesiais de Base] e da própria atuação do MDB [Movimento Democrático Brasileiro], cujas articulações e desarticulações acabaram, inclusive, desencadeando algumas diferentes formas de organização nas cidades. Terminei o mestrado em 1991 e atuei como professora substituta no departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC durante um ano e meio. Na sequencia, logrei sucesso no concurso para professora permanente deste departamento e iniciei essa minha trajetória em abril de 1993, me dedicando, nos primeiros anos, ao curso de graduação em Ciências Sociais, atuando como coordenadora do curso em duas gestões: de 1995 a 1997 e de 2001 a 2003. Essa atuação como coordenadora de graduação foi muito rica, seja em virtude da promoção de eventos de integração e de avaliação do curso, seja pela criação – em colaboração com professores e estudantes do curso, com destaque às professoras Janice Tirelli Ponte de Sousa, Luzinete Simões Minella e Elizabeth Farias da Silva – da revista *Mosaico Social*, destinada à publicação dos trabalhos dos graduandos do curso de Ciências Sociais. Foi também nesse período que, junto com o interesse pelo tema da organização da sociedade civil, somou-se a curiosidade sobre o processo de constituição de espaços de participação institucional, como a criação de conselhos gestores de políticas públicas na cidade. Diante disso, coordenei pesquisas dedicadas a esta temática, inaugurando toda uma trajetória de estudos e publicações sobre o tema da participação institucional. O ano de 1997 marcou o meu ingresso como doutoranda no programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas [Unicamp]. Na qualidade de bolsista da Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior], obtive afastamento do departamento nos anos de 1997 a 2000 – período que foi bastante fecundo não apenas pelo envolvimento com as disciplinas e outros eventos e atividades acadêmicas, mas em especial pela minha participação no então criado grupo de estudos sobre a construção democrática, espaço preenchido majoritariamente por mulheres e onde estabeleci grandes amizades. No âmbito do programa de doutorado, minha tese versou sobre uma das mais conhecidas práticas de inovação democrática no Brasil e no mundo: o orçamento participativo [OP] de Porto Alegre. Apoiada por perspectivas neoinstitucionalistas e em diálogo estreito com os estudos que relacionam sociedade civil e democracia, desenvolvi, sob a orientação da professora Rachel Meneguello, a tese intitulada "Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiência do OP de Porto Alegre", defendida no início de 2002. A tese buscou avaliar as potencialidades participativas e deliberativas de programas como o orçamento participativo a partir de um tripé analítico ancorado nas variáveis da vontade política, do desenho institucional e da tradição associativa. Ao término do doutorado, passei também a atuar no programa de pós-graduação em Sociologia Política [PPGSP] da UFSC, assumindo orientações e disciplinas. No período de 2006 a 2008, fui vice-coordenadora do programa e, na sequência, assumi a coordenação de 2008 a 2010. Assim, além de ter marcado o encerramento do período de coordenação do programa da pós-graduação, o ano de 2010 inaugurou a minha inserção como bolsista produtividade do CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] com a aprovação do projeto "Associativismo civil, participação e democracia: novas práticas e configurações", retomando os meus interesses no campo dos estudos sobre a sociedade civil e o associativismo. O projeto visou atualizar, para a década de 2000 a 2010, os dados sobre o

associativismo na cidade produzidos pelo estudo realizado por Ilse Scherer-Warren no período de 1960 e 1990. Em 2011, realizei estágio de pós-doutorado na Universidade de Columbia [UBC], em Vancouver, com o professor Mark Warren tendo em vista discutir esse tema do associativismo – que é, praticamente, um retorno às origens (risos).

CA: *Como foi, ou é, para você, essa parte das funções administrativas na universidade?*

LHHL: Achei muito importante. Passei por todas as possíveis etapas administrativas no âmbito do departamento: coordenação de graduação, coordenação de pós-graduação e chefe de departamento. Na ocasião em que fui coordenadora de graduação, fui, também, representante do CFH [Centro de Filosofia e Ciências Humanas] na câmara de graduação da UFSC e representante dos coordenadores de pós-graduação na câmara de pós da universidade. São experiências muito ricas, pois oferecem a oportunidade de conhecermos melhor a universidade e sairmos um pouco do nosso nicho. Mas, de fato, são atividades que competem muito com a que temos em termos de produção intelectual, de pesquisa, de orientação, porque tomam muito do nosso tempo que já é escasso para quem precisa dar conta de pesquisar, escrever artigos, orientar e dar aulas. Assumir atividades administrativas, nesses casos, acaba sendo uma atividade a mais, embora tenha sido bastante valioso no sentido de ter conhecido outras pessoas, de ter me inserido mais na universidade, ter debatido com outros programas... Foi enriquecedor nesse sentido.

CA: *Você falou que as atividades competem. Nos momentos que estava ocupando algum cargo administrativo, as suas funções acadêmicas ficaram prejudicadas, ou você conseguiu manter um padrão que, em geral, mantém?*

LHHL: Acho que consegui, mas com algum custo. Depende muito do setor ou do grau de envolvimento. Por exemplo, o grau de envolvimento enquanto coordenadora de graduação, para mim, é muito maior, envolve muito mais do que, por exemplo, ser chefe de departamento, que é uma atividade muito mais burocrática. É diferente de ser coordenadora da pós ou da graduação, que você tem que se dedicar, tem que avaliar os cursos, atender demandas de professores e alunos etc. Dificulta mais, digamos assim, você conseguir um certo equilíbrio. O esforço é dobrado (risos).

CA: *Tem que dormir menos (risos).*

LHHL: É, tem que dormir menos (risos).

CA: *Voltando à questão da sua trajetória, gostaria que você falasse um pouco mais do desenvolvimento das suas áreas de interesse de pesquisa, e também que destacasse referenciais que foram importantes para você, que te marcaram.*

LHHL: Não posso dizer que tenha um autor que seja uma referência constante, embora tenhamos em mente sempre os grandes clássicos ou clássicas que nos acompanham a vida inteira. Depende muito do projeto, da metodologia, do foco e, em especial, das perguntas que queremos responder, mas posso citar algumas referências que foram, ou têm sido, bem marcantes. Uma delas foi a Agnes Heller, que teve um momento de grande presença no debate da Sociologia e depois acabou sendo um pouco esquecida. Ela foi uma referência central, em especial a sua produção sobre a "Sociologia da vida cotidiana", um trabalho de fôlego nesse tema. Na minha dissertação de mestrado, procurei buscar algumas das categorias analíticas dessa obra tendo em vista discutir a formação e atuação da Ufeco junto com moradores na organização das comunidades, em especial da nossa periferia. A teoria do cotidiano da Heller é muito interessante, porque nos ajuda a pensar em que espaços e que tipos de práticas são capazes de mobilizar, articular, ou estimular a participação, tendo em vista

romper com determinado padrão que se reproduz no que ela chama de vida cotidiana. A Agnes Heller foi uma autora central, assim como Henri Lefebvre – autor que tem sido uma referência nos estudos sobre as cidades e os espaços urbanos – e vários outros autores que discutiam movimentos sociais, como Alberto Melucci e, em especial, um grupo de autores brasileiros que trabalhavam no campo dos movimentos populares urbanos como Eder Sader, Maria da Glória Gohn, Ilse Scherer-Warren, Paulo Krischke, Vera Silvia Telles, Lúcio Kowarick e Ruth Cardoso. No doutorado, um dos temas mais centrais foi o da participação da sociedade civil em um debate que tinha como uma das referências o Sérgio Costa – que foi um colega professor do nosso departamento, na época. Estávamos discutindo um conceito de sociedade civil de base habermasiana desenvolvido por Arato e Cohen no livro "*Civil Society and Political Theory*", de 1992. Esses autores foram uma referência importante nos estudos sobre o associativismo e os movimentos sociais durante os anos de 1990, e também mobilizados no campo de pesquisas voltado para compreender a importância da organização da sociedade civil na implementação dos espaços e programas participativos, como foi o caso do OP de Porto Alegre. Nesse campo, os trabalhos de Leonardo Avritzer e de Sérgio Costa foram referências centrais naquele contexto e objeto de questionamentos acerca de uma concepção, digamos, romantizada de sociedade civil, como analisado por Evelina Dagnino e Adrian Gurza Lavalle, entre outros, que estavam discutindo esse conceito e suas implicações para a democracia no Brasil. Inserida nesse debate conceitual sobre democracia e sociedade civil, mobilizei também outros autores que foram centrais nos meus estudos sobre orçamentos participativos e outras modalidades de participação institucional – como é o caso dos conselhos gestores de políticas públicas –, autores do campo da Ciência Política que discutem a dimensão do estado e o poder das instituições e das organizações sobre o comportamento dos indivíduos, das comunidades etc. Entre eles, cito o livro "*State Power and Social Forces*", de Migdal, Kohli e Shue, e o livro organizado por Peter Evans, "*Bringing the State Back In*", dois trabalhos, entre tantos outros textos e artigos de autores neoinstitucionalistas, que me ajudaram muito a pensar na importância das instituições – suas origens, regras e impactos – no comportamento dos atores políticos e sociais. A dimensão do desenho institucional – Claus Offe como uma das referências – tornou-se uma categoria analítica importante em meus estudos sobre os conselhos e orçamentos participativos, seja nas análises voltadas à participação, com o foco na inclusão política, seja nas reflexões sobre o caráter representativo desses espaços institucionais. Além disso, a discussão no campo da teoria democrática tem sido o guarda-chuva, digamos assim, ao qual esses outros elementos se encaixam. No âmbito dessa discussão da teoria democrática, acho importante citar duas vertentes que têm sido referências em meus estudos sobre a participação: os teóricos participativos, em especial Carole Pateman e Macpherson, e os autores que debatem a democracia deliberativa como Habermas, Jane Mansbridge, James Bohmam, Joshua Cohen, John Dryzek e Archon Fung. Destaco, nesse processo, o crescente interesse pela questão de gênero, uma vez que, desde a minha prática no estágio, sempre percebíamos a atuação importante das mulheres na base, na comunidade, nas reuniões de bairro... No caso das reuniões do OP, elas se envolviam discutindo, apresentando as demandas, colocando os problemas da rua, das escolas, da iluminação, da falta de creches etc. Mas e os espaços de comando? Quem é presidente da organização, conselheiro do orçamento participativo, delegado? Os homens, na maioria dos casos. Essa dimensão de gênero nas discussões sobre democracia e participação social foi sendo alimentada, teoricamente, pela leitura de autoras feministas. Uma das autoras centrais dessa trajetória foi a Anne Philips no livro "*Engendering Democracy*" em que discute com os participacionistas, apontando a ausência da dimensão de gênero no debate sobre a democracia participativa, focada muito mais na dimensão do espaço, na ideia da democracia local – no trabalho, nas comunidades, nas fábricas. Os trabalhos da Young também foram centrais, como o livro "*Inclusion and democracy*" e os artigos voltados para discutir as implicações de gênero no campo da democracia deliberativa. Essa discussão do poder, de tornar descobertas essas relações de poder que ocorrem no interior desses espaços participativos,

sejam sociais ou institucionais, entre homens e mulheres, brancos e negros, foi ganhando crescente atenção em meus estudos com desdobramentos nos trabalhos sobre a presença feminina nas instituições participativas, em parceria com a Carla Almeida. Agora há todo um caminho de (des)continuidades com o debate teórico, de repensar as questões e referências que usamos para compreender os fenômenos sociais. Por exemplo, quando entrei na pós-graduação e aprovei meu primeiro projeto bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ) no CNPq, ele foi sobre o tema do associativismo, mas buscando um referencial teórico que fosse além da discussão de sociedade civil, de movimento social – porque temos muito essas caixinhas teóricas, por exemplo, as teorias dos movimentos sociais com um conceito de movimentos sociais – muito assentado em determinado tipo de atores e práticas, de maneira geral aqueles grupos, redes, que estabelecem conflitos em prol de minorias e/ou de questões de interesse público, visando o bem comum. No caso do conceito de sociedade civil, com um foco em determinados tipos de organizações, como as organizações não governamentais (ONGs) ou organizações que problematizam, na esfera pública, questões do mundo da vida, do mundo social – trazendo uma contribuição importante, embora não englobe um fenômeno muito mais complexo que é o do associativismo. Neste sentido, outro autor que tem sido uma referência importante em minha trajetória de pesquisas é Mark Warren, em especial o seu livro "*Democracy and Association*", de 2001. Tendo em vista a amplitude e a complexidade do fenômeno do associativismo, esse referencial foi bastante revelador da importância da construção de uma teoria das associações no campo da teoria democrática que permita distinguir os seus diferentes papéis e impactos para a democracia, expandindo o olhar para um conjunto mais amplo de práticas associativas no mundo contemporâneo, evidenciando não apenas as potencialidades, como as ambiguidades e as desigualdades no interior desse campo de atuação social. Em paralelo aos estudos que remontam à temática do associativismo, tenho também resgatado o meu interesse por programas participativos, como são os casos dos orçamentos participativos e de outras interfaces socioestatais. Nesse campo, uma das principais motivações foi o crescimento dessas práticas em âmbito internacional. Diante disso, coordeno uma pesquisa que visa comparar, entre outras dimensões da participação, as experiências de orçamentos participativos no Brasil e em Portugal, por meio do projeto Capes/Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Isso me incentivou a retornar a olhar para o Brasil e pensar um pouco no que está acontecendo, ou no que não está acontecendo, com relação a isso, na medida em que, aqui, diferente de outros países, testemunhamos um crescente desaparecimento desse tema nos debates acadêmicos sobre a participação institucional.

CA: *Enquanto você falava dessa sua trajetória da pesquisa em si, estava justamente pensando em como me parece que todo o seu interesse de pesquisa, desde a graduação, mestrado e doutorado, está intimamente colado com o desenvolvimento democrático no Brasil, de 1985, quando você termina a graduação, até agora. E como você avalia isso, essa relação da sua pesquisa com esse desenvolvimento democrático, na prática, do estado brasileiro, dessas dinâmicas de participação ao longo desses anos e o que estamos vivendo hoje?*

LHHL: Essa é uma questão: como se pode pensar a trajetória, tão reconhecida internacionalmente, da participação no Brasil hoje? Porque se pensarmos nesses últimos 30 anos, vínhamos em uma evolução: os anos da educação popular; a criação de diversas ONGs e da Abong [Associação Brasileira de Organizações não Governamentais]; a criação dos conselhos; as inovações de governos de esquerda, como o OP de Porto Alegre com o PT; a expansão das conferências de políticas públicas e o Brasil se colocando como exemplo internacional, com reconhecimento e premiações nesse campo da participação. Basta citar que, até hoje, o orçamento participativo é considerado uma dos principais modelos de inovação democrática no mundo. Voltei de um congresso do OIDP [Observatório Internacional de Democracia Participativa], que teve em Barcelona agora em 2018, e a

referência de origem continua sendo Porto Alegre. E ao mesmo tempo as perguntas que nós nos fazemos, e os colegas, é a de como se pode pensar em toda uma trajetória de construção, de participação institucional, de organização da sociedade civil que acabou agora no final de 2018 com uma derrota? É uma derrota, porque me parece que vamos entrar em uma nova era no Brasil. Como podemos entender esse fenômeno?

CA: *Podemos voltar à afirmação de que a participação, de fato, é pedagógica?*

LHHL: Ah, acho que temos que problematizar isso. Olhávamos para a participação por um único prisma, focando para um determinado setor, ou determinados grupos: os populares, organizados, aqueles que eram progressistas. E as organizações do mundo privado, as organizações do mercado, as organizações dos setores da elite, os movimentos conservadores? Estamos vivenciando uma série de coisas, em termos de organização coletiva, que foram pouco valorizadas pela academia, pois estava muito voltada para um determinado tipo de grupo, de movimento, enfim. A literatura também é pautada pelo que ocorre no mundo. Os autores constroem uma teoria sobre a democracia participativa, não porque estão querendo inventar nas suas cabeças, mas porque identificam um potencial, por exemplo, nas mobilizações de maio de 1968, nas feministas, no movimento estudantil. Resgatam, aqui no Brasil, um conceito habermasiano de sociedade civil em um contexto de participação na Eco-92, de criação da Abong, de toda uma diversificação de organizações sociais e de ampliação de movimentos ambientalistas, de constituição de milhares de conselhos gestores de políticas públicas, de conferências etc. Mas, de fato, acho que em algum momento esse referencial teórico talvez tenha sido excessivamente normativo, porque se tinha também um mundo de conservadorismo, de setores que não compartilhavam com esses ideais e que ficaram à sombra de todo esse debate sobre a sociedade civil. Quando olhávamos a sociedade civil...

CA: *Tinha um ideal.*

LHHL: Um ideal e se colhia, no campo, aquilo que representava esse ideal, enquanto o resto ficava. O que aconteceu, a partir de 2016...

CA: De *2013*.

LHHL: De 2013. Agora podemos começar a entender melhor o que significou 2013 para o Brasil e onde ele está levando, mas, naquele contexto, estava muito confuso. O ano de 2013 trouxe à tona esse mundo que não se estudava no âmbito dos debates sobre participação, democracia, movimentos sociais.

CA: *Pegou de surpresa?*

LHHL: Pegou, porque era também um mundo que não ocupava o espaço público da forma como foi ocorrendo a partir de 2013. É muito interessante, em algum momento, alguém me perguntou em um seminário que participei em Coimbra: "Ah, mas e aí, como vocês explicam o Brasil? Vocês tiveram toda essa experiência participativa, o OP, e agora o Brasil tem Bolsonaro?". É bem difícil analisar isso tudo, responder a essas perguntas. O que me ocorre é que, assim como o Brasil serviu como exemplo para boas experiências, ele tem que servir de exemplo para a avaliação desse processo e dessas próprias experiências. É muito importante que esses países, a exemplo de Portugal, que assistem ao crescimento de instituições participativas, como os orçamentos participativos e de muitas inovações no campo da participação digital, olhem para o que está acontecendo no Brasil hoje. É importante, também, que se faça a autocrítica, em especial todo um setor interessado na

questão da participação e da inovação democrática: em que medida essa inovação ocorreu em um plano mais profundo, no país, a ponto de impactar as instituições e a cultura política? Essa dimensão dos impactos, dos efeitos, ou da efetividade da participação ainda está por ser feita, mas, de fato, vê-se a complexidade que é esse debate. Quando os teóricos, a exemplo da Carole Pateman, apontam para o caráter pedagógico da participação, na esteira de Rousseau, há que se refletir sobre isso, uma vez que na dinâmica social e política vemos que não há qualquer garantia de solidificação de dinâmicas e processos. Mas são todos desafios.

CA: *E nessa trajetória, você contou com financiamentos para a pesquisa?*

LHHL: Contei com financiamento, basicamente, a partir da minha entrada na pós.

CA: *No mestrado já?*

LHHL: Sim, tive bolsa de mestrado. Depois fui professora e participei de editais de projetos de pesquisa, aprovei em alguns desenvolvendo pesquisas sobre orçamentos participativos e conselhos. Mais adiante, entrei com financiamento de bolsa do PQ/CNPq e financiamento de editais de pesquisa de cooperação, como a Capes/FCT. O financiamento é importante, seja para a questão de aquisição de material e equipamentos, seja pela participação de alunos bolsistas, a participação em eventos e, em especial, para a produção e publicação de livros e artigos. O financiamento é um estímulo importantíssimo para a produção.

CA: *Hoje você tem quantos orientandos, mais ou menos?*

LHHL: Estou começando a diminuir, porque pretendo me aposentar daqui há pouco tempo. Atualmente, estou com dois bolsistas de iniciação científica, pelo Pibic [Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica], duas orientações de mestrado e uma de doutorado.

CA: *Todos com bolsa?*

LHHL: Todos com bolsa.

CA: *Nesse segundo bloco da entrevista, o projeto está tentando medir um pouco a relação da sua trajetória profissional, que acabou de relatar, com a sua vida privada. Em que medida você acha que a vida profissional interferiu, se interferiu, na vida privada, ou o contrário? Em quais momentos? Quais as principais dificuldades e momentos em que teve de lidar com uma "saia justa", ou coisas do tipo.*

LHHL: Talvez mais no início, porque tive uma filha muito cedo e isso, certamente, influenciou para um certo atraso nessa minha trajetória profissional, em que pese a ajuda de base familiar ter sido fundamental. Esses papéis familiares que são atribuídos a homens e mulheres são muito poderosos, acabamos reproduzindo. É muito diferente a minha vida profissional hoje do que era há 30 anos, quando tinha uma criança pequena. Hoje até posso dizer que é o contrário: minha vida privada me ajuda muito mais na minha vida profissional, porque acaba sendo um ponto de apoio. Mas depende muito do momento da sua vida privada.

CA: *Você acha que o mais crítico foi na graduação, com sua filha menor?*

LHHL: Sim, essa dimensão de gênero é muito forte e as coisas foram se alterando, mas ainda se reproduzia muito o padrão de o pai trabalhar o dia inteiro e a mãe se dedicar a casa e às crianças.

No início, essas relações foram mais fortes, depois tudo foi se alterando, porque vamos revendo e questionando essas relações.

CA: *Nesse período da sua graduação, você fez um ano de estágio. Era preciso trabalhar além da graduação e do estágio em alguma atividade externa?*

LHHL: Não, aí que está, tinha essa divisão de tarefas domésticas. Eu ia para a universidade, estudava e o meu marido trabalhava e bancava os gastos da casa, embora eu ajudasse vendendo quadros que pintava em momentos de folga. Era o padrão. Me dediquei ao estágio, cursei a universidade sem nenhuma remuneração. Consegui fazer tudo, porque tivemos esse acerto – porque é um acerto – que, de alguma maneira, funcionou. Depois as coisas foram se alterando. Fiz o concurso, entrei como professora e mais adiante fiz o doutorado na Unicamp sem a família, assim como nos meses em que realizei meu estágio de pós-doutorado. Em ambos os casos, com remuneração e bolsa.

CA: *Nessa sua avaliação da relação da vida privada e profissional, se pudesse olhar para as suas colegas mulheres da academia, você acha que elas têm a mesma relação tranquila que você até relata? E em relação aos seus colegas homens?*

LHHL: Acho que tem diferença sim dentro dos campos profissionais. Embora os avanços, ainda encontramos dificuldades de empoderamento feminino, e/ou de maior autonomia feminina nos núcleos familiares. Mas há realidades diferentes dentro de cada campo, em se tratando aqui do campo universitário. E em um plano mais geral, sabemos que isso tem muito a ver com o grau de escolaridade e de renda.

CA: *Do corpo familiar?*

LHHL: Do corpo familiar. As dificuldades tendem a se acentuar quanto menos escolaridade e renda, em especial para as mulheres com filhos. A dependência econômica tem um lugar central.

CA: *Você acha que os homens são mais liberados? Têm mais tranquilidade para construir suas carreiras?*

LHHL: De maneira geral, hoje em dia, sim, com certeza.

CA: *E você acha que isso influência, por exemplo, na produção de homens e mulheres na academia?*

LHHL: Acho que sim, porque as mulheres precisam trabalhar mais para produzir. Estou falando no âmbito mais geral da sociedade. As mulheres são mais demandadas, no meio familiar, para uma série de outras atividades que os homens, em boa medida, não desempenham. Diante disso, eles são mais liberados, mas não acho que produzam necessariamente mais – e melhor – do que elas. Vemos que as mulheres estão produzindo muito, cada vez mais. E, talvez, até por um esforço excessivo.

CA: *De se afirmar?*

LHHL: Também de se afirmar, porque estamos falando de um campo que é supercompetitivo. Você está dentro de um campo altamente exigente: publicar nos melhores periódicos, participar de congressos, desempenhar atividades que requerem uma atualização teórica constante. Você entra nesse universo, e aí? Como vai disputar esse campo, se tem condições de desvantagens em termos de tempo, de afazeres, de demandas?

CA: *Você vê alguma especificidade no campo das Ciências Sociais?*

LHHL: Acho que talvez essas relações sejam mais suavizadas, mas elas ocorrem – lembrando Bourdieu, é muito forte o *habitus*. Essas relações são tão incorporadas, que acabam se reproduzindo também em ambientes e instituições que questionam e lutam para alterar, transformar. Embora as especificidades, as universidades não fazem parte de outro mundo.

CA: *Nesse último bloco, algumas perguntas foram formuladas para pensarmos a mulher no campo da Ciência Política e no desenvolvimento da Ciência Política no Brasil – que acho que você poderia responder dessa perspectiva das Ciências Sociais e da perspectiva dessa sua atuação, que mescla questões sociais, questões institucionais. Acho que, principalmente hoje, você está em um programa de pós de Sociologia Política, tem muitas coisas que conversam, não se sinta presa à área específica da Ciência Política. A primeira pergunta é como você avalia os caminhos da academia nas últimas décadas e o que identifica como virtude e limite desse campo desenvolvido no Brasil esses anos?*

LHHL: De modo muito geral, avalio que a academia, em especial no campo das Ciências Sociais, tem sido muito importante. É um espaço de atuação política, se for pensar o movimento feminista, o papel das teóricas feministas. Os encontros, os congressos, as publicações... Aqui mesmo na UFSC, destaco o "Fazendo Gênero". Temos tantas iniciativas. Penso que as Ciências Sociais, de maneira geral, e pegando as três principais grandes áreas, têm sido um espaço importante de uma atuação que vem delineando, digamos assim, uma trajetória que busca romper com essas relações de poder, patriarcais, raciais, de nossa sociedade – embora perceba as dificuldades, em especial a de os homens incorporarem os debates de gênero, quem leva esse debate de gênero são as mulheres. E essa dimensão de gênero acaba, de alguma maneira, se reproduzindo em nichos. Ela ainda não consegue entrar nas discussões teóricas que são consideradas, talvez, mais duras, embora os esforços e a atuação de grandes pensadoras no âmbito da Ciência Política – se formos pensar nas discussões sobre a representação política, sobre teoria democrática etc. –, de onde tem vindo as principais críticas. Basta citar nomes como Iris Young, Carole Pateman, Anne Phillips, Seyla Benhabib, entre vários outros. Acho que ainda tem uma trajetória longa. Os clássicos são os homens e aí a dificuldade que ainda se tem de incorporar esses elementos nas discussões sobre democracia, sobre teoria política, sobre republicanismo, sobre liberdade. Não dá para discutir o conceito de "liberdade" de forma 'desincorporada', da mesma forma que cidadania, igualdade. Acho que as feministas foram centrais, por exemplo, na desconstrução das ideias, ou princípios como os de universalidade, neutralidade e objetividade, descortinando a reprodução de padrões que, assegurados por esses princípios, preservam as hierarquias e desigualdades sociais.

CA: *Seria um desafio do campo?*

LHHL: Acho que é um desafio que está sendo combatido, enfrentado, em especial pelas feministas. Mas a ideia é que não seja "apenas" um problema das mulheres, tratado em espaços, ou "guetos" feministas. Por exemplo, os estudos sobre partidos, sobre sistemas de governos, sobre reforma político-partidária, sobre presidencialismo de coalizão, devem se atentar para esses elementos, essas relações de poder, e que são fundantes da própria organização da sociedade e da política. Outra questão importante diz respeito à própria composição – de gênero – na área de Ciência Política. Penso que elas são minoria. Não tenho dados, mas acho que em termos de composição do corpo dos cientistas políticos no Brasil, a minha impressão é a de que as mulheres estão em grande desvantagem perante os homens.

CA: *Acho que isso é importante colocar como uma questão para a ABCP [Associação Brasileira de Ciência Política], inclusive no âmbito dessa pesquisa.*

LHHL: Tanto é que não é à toa que estão estabelecendo cotas nas direções, porque, de fato, há uma preocupação com essa discussão.

CA: *E dentro desses desafios, no âmbito desse campo maior, como você vê a tua contribuição nisso, nesse desenvolvimento, como uma desbravadora?*

LHHL: Ai, meu Deus (risos)! Minha contribuição é muito modesta. Acho que tem sido pautar um pouco essas discussões nos encontros, com alunas e alunos, nas minhas publicações. Questionar, discutir, problematizar essas dimensões. No caso mais específico da preocupação com a participação e atuação política das mulheres, procurei ter uma atuação no âmbito da extensão, participando de vários cursos na Escola de Governo, em eventos que são promovidos por organizações sociais, cursos de formação de conselheiros, lideranças, em palestras e debates. E também tenho tentado contribuir problematizando essa dimensão de gênero nos estudos sobre instituições participativas e representativas.

CA: *Você diria que, nessa condição de mulher, já sofreu alguma dificuldade ou alguma situação difícil na academia?*

LHHL: Não. Essa resposta é não.

CA: *Não?*

LHHL: Certeira, é não. Não sofri nenhuma dificuldade por ser mulher.

CA: *E essa questão – que está no meio das duas – sobre o quanto você vê a importância desses debates de gênero na academia, no mundo do trabalho, nas instituições, essas denúncias de assédio tão recorrentes...*

LHHL: Vejo como muito positivo, pois tudo isso precisa ser debatido, denunciado, descortinado. Ainda há um longo caminho a percorrer em direção ao alcance de uma igualdade de gênero, de respeito, de reconhecimento, enfim, de cidadania. E, se para alcançar esse caminho é necessário ter cotas, vamos criar cotas. É necessário denunciar, publicizar, debater, alterar leis, criar regras, mecanismos que levem, que empurrem, digamos assim, não apenas para uma maior inclusão política, social, econômica das minorias, sejam pessoas com deficiência, população negra, mulheres, LGBTs, população indígena, mas para o rompimento de todas essas relações de poder e dominação.